



remea

Educação ambiental crítica no processo de desenvolvimento do Grupo de Consumo Responsável Armazém de Economia Popular Solidária

Maria Angélica Machado Braga¹
Universidade Federal de Rio Grande – FURG
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7498-0617>

Danieli Veleda Moura²
Universidade Federal de Rio Grande
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2407-3231>

Lúcia de Fátima Socoowski de Anello³
Universidade Federal de Rio Grande
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9139-9584>

Resumo: Vivemos em uma sociedade em que o consumo é desenfreado e o modo de produção desumanizado. Em contrapartida, existem práticas de emancipação dos sujeitos, como os Grupos de Consumo Responsável - GCR. O objetivo deste estudo é apresentar as práticas pedagógicas do GCR Armazém de Economia Popular Solidária – Armazém de EPS e analisar o subsídio da Educação Ambiental Crítica - EAC a esse grupo, tendo como questionamento: quais são as contribuições da EAC para a emancipação e transformação dos sujeitos que compõem o GCR Armazém de EPS? A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica sobre os conceitos de EPS, GCR e EAC, além de trabalhos acadêmicos sobre este GCR, e também foram feitas observações por uma das pesquisadoras. Os resultados mostram que esse GCR busca desenvolver processos formativos - baseados nas concepções da EAC - , continuados ou não, sobre os temas abordados. A análise desenvolvida neste trabalho fundamentou-se em Mészáros, Freire, Quintas, Loureiro e Carvalho.

Palavras-chave: grupo de consumo responsável, economia popular solidária, educação ambiental crítica; processos formativos.

Educación ambiental crítica en el proceso de desarrollo del Grupo de Consumo Responsable Almacén de Economía Popular Solidaria

¹ Mestra em Educação Ambiental – PPGEA FURG – E-mail: mangiel99@gmail.com

² Professora Dra. em Educação Ambiental – Instituto de Oceanografia – FURG – E-mail: danieliveledamoura@yahoo.com.br

³ Professora Dra. em Educação Ambiental – Instituto de Oceanografia – FURG – E-mail: luciaanello@furg.br

Resumen: Vivimos en una sociedad donde el consumo es rampante y el modo de producción se deshumaniza. Por otro lado, están las prácticas de emancipación de los sujetos, como los Grupos de Consumo Responsable - GCR. El objetivo de este estudio es presentar las prácticas pedagógicas de la GCR Armazém de Economia Popular Solidaria – Armazém de EPS y analizar el subsidio de la Educación Ambiental Crítica - EAC a este grupo, teniendo como interrogante: ¿cuáles son las contribuciones de la EAC para la emancipación y transformación de los sujetos que integran la EPS Almacén GCR? La metodología utilizada fue la revisión bibliográfica sobre los conceptos de EPS, GCR y EAC, además de trabajos académicos sobre este GCR, también se realizaron observaciones por parte de uno de los investigadores. Los resultados muestran que este GCR busca desarrollar procesos de formación - basados en los conceptos de la EAC -, continuados o no, sobre los temas abordados. El análisis desarrollado en este trabajo se basó en Mészáros, Freire, Quintas, Loureiro y Carvalho.

Palabras-clave: grupo de consumo responsable, economía popular solidaria, educación ambiental crítica; procesos formativos.

Critical environmental education in the development process of the Responsible Consumption Group Warehouse of Solidarity Popular Economy

Abstract: We live in a society where consumption is rampant and the mode of production dehumanizes. On the other hand, there are practices of emancipation of individuals, such as Responsible Consumption Groups - GCR. The aim of this study is to present the pedagogical practices of the GCR *Armazém de Economia Popular Solidária* – EPS (Warehouse of Solidarity Popular Economy) and to analyze the contribution of Critical Environmental Education - EAC to this group, with the question: what are the contributions of the EAC to the emancipation and transformation of the individuals who compose the GCR Warehouse of EPS? The methodology used was a bibliographic review on the concepts of EPS, GCR, and EAC, as well as academic papers on this GCR, observations were also made by one of the researchers. The results show that this GCR seeks to develop formative processes - based on the conceptions of the EAC -, continued or not, on the topics addressed. The analysis developed in this work was based on Mészáros, Freire, Quintas, Loureiro, and Carvalho.

Keywords: responsible consumption group, solidarity popular economy, critical environmental education; formative processes.

1. Introdução: A luta por uma outra forma de se viver

O ser humano está em constante construção de si mesmo, de suas ideias e de seus pensamentos. A prática desenvolvida por esse ser instiga-o a buscar conhecimento. Portanto, se faz necessária a apresentação de uma forma alternativa de viver na produção, na comercialização e no consumo, ou seja, outras ideias, pensamentos e formas de ser distintas da hegemônica.

Em contraposição às formas de produção, comercialização e consumo desenvolvidas no capitalismo, destaca-se o surgimento dos Grupos de Consumo Responsável (GCRs), que têm como objetivo promover um comércio justo e solidário. Esses grupos foram fomentados pela Economia Popular Solidária (EPS), uma outra opção de economia que possibilita uma relação mais saudável e sustentável entre os seres humanos e a natureza, ao

preocupar-se com o meio ambiente como um todo.

Para o desenvolvimento pedagógico dos GCRs, busca-se uma educação que transforme e emancipe o ser humano. Nesse sentido, a Educação Ambiental Crítica (EAC) vem agregar a esse movimento contra-hegemônico, pois transcende os conceitos de transmissão de informações e conhecimento sobre o meio ambiente e seus impactos, já que reconhece que os seres humanos são parte integrante do meio ambiente e que desempenham um papel ativo nesse sistema, sendo seres reflexivos e capazes de promover transformações. Marx (2010) corrobora isso ao argumentar que o ser humano depende da natureza para sobreviver, pois é uma extensão do seu corpo, de modo que a interconexão entre a vida física e mental do homem e a natureza reflete a sua própria interdependência, já que o homem é parte dela.

Ademais, este artigo pretende apresentar as práticas pedagógicas do GCR Armazém de Economia Popular Solidária (GCR Armazém de EPS) e analisar o subsídio da EAC a esse grupo, levantando a seguinte questão: quais são as contribuições da EAC para a emancipação e transformação dos sujeitos que compõem o GCR Armazém de EPS? Por fim, ratifica-se a importância de pensar em formas alternativas – diferentes do sistema capitalista –, que sejam bem-sucedidas na produção, comercialização e consumo, ou seja, outra maneira de viver, e de destacar as contribuições pedagógicas da EAC para esses grupos.

Analisamos as relações sociais e econômicas observadas na pesquisa, na perspectiva materialista histórica e dialética. Assim, nessa perspectiva, foi possível construir uma argumentação que articula a história por meio de seus fatores materiais, principalmente os econômicos. Dessa forma, a organização da vida é condicionada pela estrutura econômica e pela própria realidade, que desdobra-se em movimentos complexos e contraditórios (Loureiro, 2014). Conforme afirma Loureiro (2014), o ser humano, enquanto elemento integrante da natureza, desenvolve-se e se afirma através dela, em uma relação dialética de construção e de desconstrução em constante transformação, em contraposição ao seu outro.

A pesquisa aqui desenvolvida considera as condições materiais de existência, que

formam a essência de todas as suas relações. É por meio dessas relações sociais que os seres humanos se constituem em uma visão materialista e histórica, assumindo as contradições de forma dialética. Esse método tem a intenção de transformar a estrutura produtiva da sociedade, ao promover uma luta pela emancipação da humanidade. Para tanto, reconhece e se embasa na epistemologia da ciência. Dessa forma, o método dialético busca compreender, interpretar e transformar a sociedade por meio da história e dos meios materiais que a sustentam.

Com base nos conceitos de EPS, GCRs e EAC, que contribuíram para o entendimento do desenvolvimento pedagógico dos GCRs, com foco no GCR Armazém de EPS, fundamentou-se o trabalho em uma revisão bibliográfica. Essa revisão foi realizada por meio de documentos relacionados a esse GCR Armazém de EPS, literaturas sobre os temas abordados e pesquisas acadêmicas já realizadas sobre o assunto, visando à compreensão dos processos pedagógicos desenvolvidos pelos GCRs. Além disso, a metodologia incluiu observações feitas por um dos pesquisadores que faz parte da gestão desse GCR desde a sua criação.

Destaca-se que a EPS tem sido um apoio para o desenvolvimento de movimentos que buscam suprimir o modo de produção hegemônico, como é o caso dos GCRs. Diante disso, a seguir, apresentaremos a EPS, que representa uma forma alternativa de economia, baseada em princípios de justiça e de igualdade.

2. Economia Popular Solidária: luta pela emancipação dos sujeitos

A EPS é um movimento econômico e social que tem como objetivo não apenas o combate ao desemprego, mas também o desenvolvimento econômico. Esse modelo econômico promove uma nova cultura, baseada na autogestão e na cooperação entre os trabalhadores, com ênfase na coletividade e na solidariedade. No modelo de autogestão, todas as decisões são tomadas em conjunto pelos trabalhadores do empreendimento, enquanto a cooperação entre os sócios é fundamental (Singer, 2002).

Salienta-se que, se refletirmos sobre os aspectos culturais, sociais, produtivos e de consumo que caracterizam a existência da humanidade em seus primórdios, podemos

observar semelhanças com a EPS. Formas de cooperação sempre estiveram presentes na sociedade humana desde os tempos mais remotos. Ao longo do tempo, elas se tornaram associadas às lutas pela sobrevivência, crises econômicas, políticas e sociais, bem como às mudanças no tempo e espaço.

Durante o auge da Revolução Industrial, no século XVIII, os processos de trabalho desumanizaram as trabalhadoras e os trabalhadores que enfrentavam condições de vida extremamente degradantes. No entanto, esses indivíduos lutavam por seus direitos por meio dos sindicatos de trabalhadores, cujas batalhas visavam melhorar as condições de trabalho e de vida. Esses grupos buscavam salários e trabalhos que pudessem suprir as necessidades básicas das pessoas. Assim, por meio do trabalho coletivo e da cooperação, eles criaram cooperativas (Singer, 2002).

Apesar do histórico da EPS, ainda é um assunto incipiente em termos de teorias. No Brasil, a EPS ressurgiu no século XX com o objetivo de atender os trabalhadores(as) desempregados(as), aqueles “excluídos e explorados no mundo do trabalho” (CONIC⁴; FBES⁵, 2010, p. 16). Ressalta-se que a EPS é uma forma de organização presente em assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar, no artesanato, na pesca artesanal, nas comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, bem como em empreendimentos de várias áreas. Muitos desses movimentos populares têm adotado a EPS como uma resposta ao desemprego (CONIC; FBES, 2010). Dessa forma, essa economia surgiu como um enfrentamento ao modo de produção hegemônico, ao promover a geração de trabalho e de renda e ao incluir todas as pessoas, até mesmo aquelas marginalizadas pela sociedade.

Ademais, de acordo com o CONIC e o FBES (2010), surgem conquistas democráticas que explicitam as contradições do capitalismo e permitem que os movimentos sociais

⁴ O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) foi criado em 1982 na cidade de Porto Alegre (RS). Seu compromisso é atuar em prol da dignidade, dos direitos e dos deveres das pessoas. Uma das suas ações é a promoção da interlocução com organizações da sociedade civil e o governo, buscando influenciar a formulação de políticas que promovam a justiça e a paz.

⁵ O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária e um espaço de articulação e diálogo entre diversas pessoas e movimentos sociais, que busca promover a construção da Economia Solidária como base fundamental para um desenvolvimento socioeconômico alternativo para o Brasil.

busquem melhores condições de vida, a redução da desigualdade e a construção de um novo sistema econômico. Assim, é necessária uma outra forma de economia que não aumente a desigualdade, não seja movida pela ganância e não tenha o objetivo de obter lucros. Essa economia, portanto, deve ser guiada por valores, como justiça, igualdade e solidariedade, determinando "o que produzir, quando produzir, em que quantidade produzir e para quem produzir" (CONIC; FBES, 2010, p. 10). Dessa forma, é possível desenvolver, solidariamente, a inclusão de todos e todas nos benefícios desse movimento como um direito à cidadania (CONIC; FBES, 2010). Essa cidadania deve ser dedicada à valorização da cooperação e das responsabilidades coletiva e compartilhada, com o objetivo de construir uma sociedade justa e de superar as desigualdades socioeconômicas, étnicas, de gênero e geracionais (CONIC; FBES, 2010).

Com base nisso, torna-se necessário desenvolver uma economia que esteja alinhada a uma forma diferente de sociedade, que busque a emancipação e a verdadeira liberdade, além de ser antagônica ao sistema capitalista desumanizador. Destaca-se, portanto, que a EPS fundamenta-se em princípios como autogestão, cooperação, democracia, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, reconhecimento do saber e da aprendizagem, justiça social e cuidado com o meio ambiente.

Segundo Gadotti (2009), o crescimento da EPS tem absorvido uma parcela significativa do desemprego causado pelo capitalismo, impulsionando o surgimento de diversas práticas de educação popular comunitária. Além disso, a EPS habilita as pessoas a serem protagonistas tanto do processo produtivo quanto no educativo, promovendo valores, como cooperação, coletividade e colaboração. Essa economia popular e solidária está associada a uma visão de sociedade diferente, na qual a educação popular desempenha um papel fundamental em seu caráter participativo, contestatório e alternativo (Gadotti, 2009).

A EPS, de acordo com CONIC e FBES (2010), questiona o modelo educacional vigente, que busca a manutenção do capitalismo, e propõe práticas educacionais baseadas na educação popular. Destarte, ela forma sujeitos críticos e engajados na transformação social em suas diversas dimensões (CONIC; FBES, 2010), além de oferecer formação

continuada para educadores, baseada em pedagogias e metodologias emancipatórias que promovem a autogestão, a cooperação e a solidariedade (CONIC; FBES, 2010). Essa abordagem possibilita que os trabalhadores se tornem formadores, ao articular conhecimentos científicos e empíricos .

Salienta-se que esse processo educacional, em contraste com o modelo hegemônico, proporciona a autonomia e a emancipação dos trabalhadores, possibilitando a superação de um trabalho alienado e que perpetua a divisão de gênero. Nesse contexto, entende-se que o conhecimento não é mercadoria, mas sim um bem valioso para toda a humanidade e que deve ser colocado a serviço da vida (CONIC; FBES, 2010). Além disso, a tecnologia é vista como uma ferramenta para encurtar distâncias, aprimorar as relações e elevar a qualidade de vida (CONIC; FBES, 2010).

Dentro desse contexto de produção, consumo, transformação e conscientização, a EPS se junta à EAC, que se manifesta como um processo educativo amplo, tanto formal quanto não formal, ao abranger dimensões políticas, culturais e sociais, capaz de gerar novos valores, atitudes e habilidades condizentes com a sustentabilidade da vida no planeta (Loureiro, 2009).

3. Processos pedagógicos dos GCRs perpassam pelas concepções da Educação Ambiental Crítica (EAC)

Dentro do sistema hegemônico, a educação é baseada em valores consumistas e concentra-se no aprendizado voltado para a concorrência e a competição. Esse modelo escolar perpetua uma sociedade capitalista excludente e funciona com um espaço de poder e de controle, onde o conhecimento é tratado como mercadoria e o ato de estudar é mecânico e alienante. Nesse sentido, a aprendizagem, que nos conduz à possibilidade de criticar, refletir e perceber a desumanização e que transforma seres humanos em meras coisas, nos torna indivíduos enriquecidos humanamente, como afirma Marx (*apud* Mészáros, 2008).

Contudo, enquanto não ocorrer uma mudança radical no sistema capitalista, estaremos, inadvertidamente ou conscientemente, a serviço da perpetuação de uma ordem

social dominada pelo capital (Mészáros, 2008). No sistema capitalista, como argumenta Freire (2020a), a educação não deixa de ser compreendida como formação e passa a ser vista como treinamento.

Outrossim, conforme Mészáros (2008), uma concepção mais abrangente é necessária para alcançar uma mudança verdadeiramente radical, fornecendo instrumentos que rompam com a lógica mistificadora do capital. O autor ainda complementa que:

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: "a aprendizagem é a nossa própria vida". Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. Apenas uma pequena parte disso tudo está diretamente ligada à educação formal (Mészáros, 2008, p. 53).

O processo formativo possibilita uma compreensão reflexiva e crítica da realidade, permitindo que os indivíduos identifiquem e transformem as opressões que vivenciam. Essa abordagem busca criar uma sociedade mais justa e humana, compreendendo as razões sociais, políticas e históricas que moldam as situações de opressão, permitindo que os oprimidos se contraponham a elas de maneira consciente e coletiva (Freire, 2020a). Para tanto, é necessária uma revolução e a Educação Ambiental surge como um caminho para a emancipação dos nossos sentidos e transformação da realidade desumana em que estamos inseridos, convidando-nos a interpretar a realidade de forma mais ampla, abrangendo tanto o mundo objetivo quanto o subjetivo.

Para Carvalho (2008), a EA, como processo educativo, é uma prática que se baseia em um conjunto de relações sociais em torno da preocupação com o meio ambiente, formando o que podemos chamar de campo ambiental. Segundo a autora, a EA busca desenvolver tanto os campos educativos quanto os ambientais, reconhecendo a interdependência entre as dimensões social e ambiental, uma vez que os seres humanos e as suas relações fazem parte da natureza. De acordo com Freire (2020b), é urgente

desenvolver uma consciência crítica que permita a transformação da realidade.

Cabe salientar também que, segundo Carvalho (2008), a educação popular e a criticidade teórica no Brasil foram fundamentais para o surgimento da Educação Ambiental Crítica (EAC).. Essa forma de educação se caracteriza por um enfoque emancipatório e transformador, além de basear-se na dialética libertadora, na participação e na democracia, empodera os sujeitos, promovendo a reflexão crítica e a ação transformadora em sua verdadeira essência e em suas relações consigo mesmo, com os outros e com a natureza..

Quintas (2008) corrobora isso ao apontar que a EAC propõe uma abordagem que estimula a reflexão crítica sobre as contradições do modelo de civilização atual e suas relações com a natureza e a sociedade. Ademais, a EAC busca promover a transformação social, pois reconhece a capacidade humana de construir um futuro diferente a partir da construção de um presente alternativo, estabelecendo novas relações entre os seres humanos e a natureza, além de oferecer um processo emancipatório, valorizando a autonomia dos grupos subjugados, oprimidos e excluídos como um princípio fundamental da prática educativa (Quintas, 2008).

Em complementação ao destacado por Quintas (2008), ressalta-se que a EAC é um processo transformador que:

promove a conscientização e esta se dá na relação entre o ‘eu e o outro’, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida (Loureiro, 2009, p. 29).

Diante disso, salienta-se que a EAC e a EPS são complementares, uma vez que ambas priorizam os recursos naturais e o bem-estar humano, buscando empoderar, emancipar e transformar os sujeitos. É importante ressaltar que diversos movimentos sociais compartilham as concepções da EAC e seguem a lógica da EPS, como é o caso dos GCRs.

4. Grupos de Consumo Responsáveis: experiências de educação popular para além da introdução de conhecimentos

Com a intensificação da desumanização durante a Revolução Industrial, os socialistas utópicos, segundo Pistelli (2014), propuseram o cooperativismo como uma

alternativa para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora. Assim, eles buscaram transformar a sociedade e a sua economia por meio do cooperativas de consumo. A primeira cooperativa, a *Pioneiros Equitativos Rochdale*, surgiu na Inglaterra em 1844, como resultado de uma greve dos tecelões em busca de melhores condições de trabalho, levando-os a explorar novas formas de produção, comercialização e consumo (Singer, 2002).

No Brasil, as primeiras cooperativas de consumo, surgidas com o apoio dos sindicatos, representavam uma tentativa dos trabalhadores de obter melhores condições de vida por meio da compra coletiva. No entanto, a ascenção da produção em escala afetou os pequenos agricultores, os comerciantes locais (muitos deles familiares) e também as cooperativas e associações. Essa nova forma de produção e de comercialização resultou no distanciamento entre as pessoas, inclusive nas relações entre produtores e consumidores (RÊGO, 2014). Em resposta a esse cenário, várias pessoas com ideais semelhantes buscaram articular e fortalecer a economia local, as formas de produção dos pequenos produtores familiares e dos pequenos comércios, além de promover o consumo saudável e a conscientização sobre o uso dos recursos naturais.

Entre essas iniciativas, estão os GCRs, que surgiram inspirados no cooperativismo e propondo relações de produção e de consumo mais justas e sustentáveis.. Destaca-se, portanto, que a preocupação dos GCRs está voltada para o bem-estar do ser humano, tanto na produção quanto no consumo, e para a preservação dos recursos naturais do planeta. Os GCRs são descritos como “experiências de consumidores e produtores organizados que se propõem a transformar seu ato de compra em um ato político, visando à sustentabilidade da própria experiência e ao bem-estar do planeta” (Instituto Kairós; Pistelli; Mascarenhas, 2011, p. 9).

Essas experiências, em sua maioria, são articuladas através de organizações que têm como base os princípios da EPS. Conforme Mascarenhas, Gonçalves e Bensadon (2014, p. 4), os GCRs representam uma “resistência às práticas convencionais de produção, comercialização e abastecimento de consumo”, motivados por razões que vão além do indivíduo e abrangem múltiplas dimensões racionais e subjetivas.

Os GCRs têm como objetivos principais: fomentar os grupos de EPS, pois eles

proporcionam uma forma de escoamento das produções dos Empreendimentos de Economia Solidária; fortalecer a produção orgânica, visto que muitos dos grupos produzem sem agrotóxicos; valorizar os pequenos produtores, reconhecendo que a produção em escala tende a eliminar esses produtores devido aos preços, às ofertas e à diversidade de produtos; oportunizar comercialização e consumo justos e solidários, uma vez que os produtos são de qualidade, saudáveis e têm um preço apropriado tanto para quem produz quanto para quem compra, além da solidariedade ser cultivada, já que todos os envolvidos compreendem as necessidades de cada um e o produtor se preocupa em conhecer o consumidor e vice-versa; desenvolver formações e oferecer informações sobre EPS, comércio e consumo justo e produção saudável para todos os envolvidos; proporcionar outra forma de relação entre os participantes, pois, nos GCRs, produtores e consumidores têm relações mais próximas; e, por fim, preservar a natureza, ao buscar práticas de produção e consumo mais saudáveis e sustentáveis (Instituto Kairós; Pistelli; Mascarenhas, 2011; Pistelli, 2014; Mascarenhas; Gonçalves; Bensadon, 2014).

Os GCRs são espaços que promovem a emancipação tanto dos produtores quanto dos consumidores e de todos envolvidos. Ao resistir ao consumo em massa e à exploração do trabalhador, os GCRs contribuem para o desenvolvimento local, fortalecendo a produção de pequenos agricultores e incentivando o comércio justo. No entanto, para que o Consumo Responsável (CR) tenha impacto político significativo, é crucial que ele se manifeste como um ato coletivo (Rêgo, 2014). Os GCRs desempenham um papel fundamental nesse sentido, pois, ao fomentar a produção, a comercialização e o consumo provenientes de pequenos produtores, eles impulsionam o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridos, tornando o desenvolvimento local se torna uma possibilidade real e concreta.

Nos GCRs, conforme Calabró (2016), o produtor:

tem a oportunidade de ser reconhecido por qualidades que nem sempre são valorizadas nos canais convencionais de comercialização: respeito à sazonalidade, valorização do sabor e não apenas da aparência, uso de ingredientes e processamentos mais naturais. O produtor tem a oportunidade de uma proximidade maior com o consumidor, podendo assim contribuir para um processo de reeducação alimentar dos consumidores (Calabró, 2016, p. 10).

Já os consumidores, ao participarem dos GCRs, questionam sobre a necessidade dos

produtos que desejam adquirir, se preocupam com a origem e com o processo de produção desses produtos, priorizando as opções mais sustentáveis. Além disso, buscam espaços que estejam alinhados com a lógica do CR, refletem sobre a forma de compra e o valor dos produtos e se preocupam com o próprio consumo, buscando minimizar a geração de resíduos e explorando maneiras de transformar a sociedade em direção a um CR (Instituto Kairós; Pistelli; Mascarenhas, 2011). Assim sendo, a prática dos GCRs:

vai além do ato de consumo, buscando promover a troca de saberes entre os participantes, a reflexão e a transformação de hábitos e costumes, tornando possível para o consumidor assumir ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais que acontecem desde a produção até o consumo dos alimentos e produtos em geral (Instituto Kairós; Pistelli; Mascarenhas, 2011, p. 11).

Para isso, os GCRs proporcionam discussões que podem ser consideradas educativas e promovem a troca de conhecimento entre os envolvidos. Esses debates visam ao desenvolvimento de alternativas, nos campos técnico-produtivos, econômicos, ambientais, sociais, éticos e culturais, que sejam diferentes do modelo capitalista predominante. Enquanto o modelo hegemônico tende a distanciar, cada vez mais, o produtor do consumidor, os GCRs promovem a aproximação entre ambos, fomentando a troca de conhecimentos e a construção de relações de confiança (Mascarenhas; Gonçalves; Bensadon, 2014).

Nesses grupos, a educação, na forma de práticas formativas, desenvolvidas entre os participantes, como as visitas a campo para conhecer melhor os produtores e a localização da produção, são fundamentais, uma vez que permitem a avaliação do processo e dos resultados. Outrossim, o diálogo entre os grupos e dentro deles é crucial, pois entende-se a necessidade de criar estratégias de integração de projetos para dinamizar as trocas e obter apoio de projetos institucionais (Instituto Kairós, 2010). Essas práticas de comunicação e de educação são essenciais a atuação dos GCRs “como atores políticos no processo de transformação social” (Instituto Kairós, 2010, p. 20).

Nos GCRs, há várias maneiras de atuação pedagógica entre os envolvidos. De acordo com Instituto Kairós, Pistelli e Mascarenhas (2011), a internet é a principal ferramenta de comunicação, tanto interna quanto externa, dos grupos de consumo, bom como de divulgação e sensibilização dos consumidores. Isso inclui o uso de redes sociais

(como *Facebook*, *Instagram*), *WhatsApp*, *blogs* e transmissões ao vivo que uma ampla variedade de temas relacionados aos GCRs. Além dessa comunicação virtual, são promovidos eventos presenciais nos grupos para facilitar a interação entre os envolvidos (produtores, consumidores e parcerias), tais como roda de conversa, cursos, oficinas, visitação aos produtores e ao centro do grupo (local de funcionamento), mutirões, assembleias, festas. Esses espaços propiciam a interlocução entre os participantes, tanto para aqueles que já estão envolvidos quanto para outros interessados em conhecer e participar dos GCRs.

Apesar desses esforços para divulgação e fortalecimento dos GCRs, é importante destacar os desafios enfrentados para manutenção e continuidade. A gestão financeira e logística, muitas vezes realizada por voluntários, representa um dos principais desafios enfrentados pelos GCRs, visto que há muitas tarefas a serem realizadas e a escassez de recursos financeiros pode torná-los dependentes de práticas voluntárias. Além disso, o engajamento voluntário também pode ser limitado, pois nem todos os membros se envolvem ativamente.

Cabe salientar que, no estado do Rio Grande do Sul, há várias experiências que atuam na linha dos GCRs, cujas práticas objetivam contrapor a exploração, tanto na produção quanto no consumo, como é o caso do GCR Armazém de Economia Popular Solidária, objeto de interesse neste estudo.

4.1. Armazém de Economia Popular Solidária – Armazém de EPS: movimento de enfrentamento ao modo de produção hegemônico

O GCR Armazém de EPS, localizado no município de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul (RS), segue os princípios da EPS e do comércio justo e solidário. Fundado em setembro de 2016, o grupo proporciona práticas humanitárias de produção e consumo, com o objetivo de transformar as relações existentes entre as pessoas e seus alimentos, além de promover a conscientização ambiental entre os associados. Ademais, destaca-se que o GCR Armazém de EPS é assessorado pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da

Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG)⁶.

Em dezembro de 2019, por meio de uma assembleia realizada com apoio do NUDESE, o GCR Armazém de EPS construiu o seu estatuto e se formalizou como um GCR, tendo o registro e o aceite formalizado em janeiro de 2020. A partir disso, o Armazém de EPS passou a se chamar Associação Educacional para o Consumo Responsável Armazém de Economia Solidária Rio Grande. Ademais, destaca-se que os associados desse grupo são consumidores, incluindo os gestores, que têm envolvimento ativo nas práticas dos GCRs.

O Armazém de EPS conta com cerca de 190 consumidores, sendo a maioria professores, técnicos e alunos da FURG, além de seus familiares e amigos. A base é formada por 36 produtores, tanto de Rio Grande quanto de São José do Norte, no Rio Grande do Sul. além disso, a gestão do grupo é realizada por uma coordenação composta por três membros da associação, que também são consumidores. A variedade de produtos comercializados pelo Armazém abrange diversas regiões do Brasil, com preferência por produtos locais. No entanto, devido à limitada oferta de alguns itens na região, é necessário recorrer a fornecedores de outras localidades e, em alguns casos, até mesmo de outros países.

Um dos objetivos do Armazém de EPS é proporcionar uma forma alternativa de se relacionar, em que a natureza é o centro de tudo e seus recursos são valorizados. O grupo busca incentivar uma alimentação saudável a todos envolvidos, valorizar os produtores locais e a cultura regional, além de fortalecer a relação entre produtores e consumidores e de proporcionar o escoamento dos produtos provenientes de pequenos produtores. Ademais, é importante destacar também a essencialidade da promoção de processos educativos pela GCR Armazém de EPS, visando ao desenvolvimento da conscientização, transformação e emancipação dos envolvidos. Para isso, o grupo oportuniza espaços para que suas relações e práticas sejam transformadoras, buscando uma educação/formação que esteja alinhada com as concepções da EAC e que oportunize uma educação emancipatória.

De acordo com Loureiro (2009), a EAC trata-se de um processo educativo abrangente, tanto

⁶ O Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG) foi criado em 2003 e trata-se de um núcleo permanente, que tem como objetivo oferecer apoio a projetos que promovam o desenvolvimento através de geração de trabalho e renda. Suas atividades são desenvolvidas por meio de projetos específicos, voltado a atender cada uma das seguintes áreas: cooperativas, associações e grupos informais (NUDESE FURG, 2023).

formal quanto informal, que engloba dimensões políticas, culturais e sociais, tendo a capacidade de gerar novos valores, atitudes e habilidades em consonância com a sustentabilidade da vida no planeta. Nesse sentido, comprehende-se que essa educação tem grande relevância no contexto da produção, comercialização e consumo, ao contribuir para a transformação e conscientização dos seres humanos.

O Armazém de EPS utiliza a Plataforma Cirandas⁷ como parte da metodologia de conexão entre produtores e consumidores que integram esse grupo. A plataforma, atualizada semanalmente, oferece uma variedade de produtos, como hortifrutigranjeiros orgânicos fornecidos por produtores de pequena escala e familiares de Rio Grande e São José do Norte, , pescados disponibilizados por pescadores artesanais e uma variedade de mercadorias relacionadas à gastronomia, como bolos, pães, lanches, salgados e pequenas refeições. Para complementar a oferta de produtos, o Armazém de EPS participa da plataforma Rede Rizoma, que conecta os GCRs da região sul do Rio Grande do Sul (Rio Grande, Pelotas, Jaguarão e São Lourenço do Sul) com os produtores de pequena escala. Por meio da Rede Rizoma, esses parceiros realizam compras conjuntas de produtos de diversos locais do Brasil, garantindo preços mais acessíveis aos consumidores. Ressalta-se que, embora priorize os produtos locais, o Armazém também oferece produtos de outros estados e, em parceria com a rede, já realizou trocas com empreendimentos da Argentina. Dessa forma, destaca-se que esse processo de compras coletivas visa à redução dos custos com logística, que são repassados aos consumidores, resultando em preços mais baixos nos produtos adquiridos.

Outro aspecto importante desse coletivo é o apoio mútuo diante das dificuldades, além da promoção de reflexões e críticas ao modo de produção hegemônico e da discussão sobre possíveis estratégias para enfrentá-lo (Puntel *et al.*, 2020). A gestão dessa rede era

⁷ A Plataforma Cirandas é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que visa à promoção de ferramentas na *internet* que promovem a articulação econômica, social e política dos envolvidos na Economia Solidária. Seus principais objetivos são: facilitar o compartilhamento de conhecimentos, produtos e serviços relacionados à Economia Solidária; oferecer ferramentas para a constituição e consolidação de redes e cadeias solidárias; servir como um espaço de divulgação da economia solidária e de busca por produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos, sejam eles públicos, privados ou grupos de consumidores, e permitir a interação entre vários atores através de comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos (Cirandas, 2023).

realizada pelo GCR de Pelotas, porém, devido a questões de (re)organização do grupo, o Armazém de EPS assumiu a administração da Rede Rizoma por seis ciclos a partir de julho de 2021.

Outrossim, ressalta-se que, com o o objetivo de promover a educação, o Armazém de EPS oferece formação inicial aos seus membros. O primeiro encontro de formação aconteceu em setembro de 2016, com a presença do professor António Cruz, membro do Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária da Universidade Federal de Pelotas (TECSOL/UFPel)⁸, que relatou sua experiência com GCRs e com a Plataforma Cirandas na UFPel. O Armazém de EPS, apesar de enfrentar dificuldades para manter uma formação continuada ou sistemática devido à falta de pessoal e ao baixo envolvimento dos consumidores, atua, pedagogicamente, em vários eventos, como oficinas, práticas de entregas de produtos pelos produtores e dos pedidos aos consumidores, momentos formativos, feiras, seminários e encontros, visando promover a formação dos membros e de potenciais interessados. Durante a pandemia de COVID-19, o GCR buscou oferecer treinamentos flexíveis e remotos, porém, questões financeiras e de reorganização do grupo dificultaram a realização de formações continuadas.

Contudo, é importante salientar que o NUDESE tem realizado formações continuadas e sistemáticas junto aos grupos que atende, abordando os temas EPS, comércio justo e solidário, gestão e assuntos relacionados ao mundo do trabalho. Porém, durante a pandemia do COVID-19, essas formações foram impactadas, limitando a frequência e o alcance devido à falta de recursos tecnológicos para muitos dos integrantes. Os processos formativos realizados pelo NUDESE são práticas pedagógicas necessárias para que seja constituído o conhecimento sobre os temas mencionados neste estudo e para que os envolvidos entendam o andamento do grupo do qual fazem parte ou de que pretendem participar, além de auxiliarem na tomada de decisões dos membros do grupo. Conforme Braga *et al.* (2020), as formações continuadas objetivam construir formas alternativas de

⁸ O Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL) faz parte da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e é composto por docente e discentes de diferentes áreas do conhecimento. O objetivo desse núcleo é atender aos grupos de trabalhadores/produtores urbanos e rurais que buscam aporte técnico, científico e formativo para a consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES (TECSOL, 2023).

produção, comercialização e consumo com base em reflexões, críticas e ações sustentáveis.

Sendo assim, o Armazém de EPS e os empreendimentos que seguem a lógica da EPS buscam desenvolver suas atividades como forma de enfrentamento a esse modo de produção e à sociedade hegemônica, encarando os desafios com muita resiliência.

5. Considerações Finais

Os GCRs, em suas atuações, promovem transformações impactantes ao ser humano. Para que essas transformações aconteçam, é necessário que as práticas se desenvolvam de forma coletiva. Nessa perspectiva, esses grupos, incluindo o GCR Armazém de EPS, são coletivos formados por produtores e consumidores que se unem para estabelecer relações de produção e consumo de maneira justa, responsável e solidária.

Destaca-se, portanto, que as formações continuadas constituem ferramentas para enfrentar o modo de produção capitalista, uma vez que, nesse contexto, a educação é fundamental para transformar as pessoas e promover práticas mais conscientes na produção, comercialização e consumo. O GCR Armazém de EPS busca desenvolver pedagogias que empoderem, emancipem e transformem os sujeitos envolvidos, liberando-os da desumanização e da opressão presentes no modo de produção vigente, em todas as dimensões da sociedade, além de conscientizar sobre a valorização e a preservação dos recursos naturais.

Os processos educativos do GCR Armazém de EPS estão em consonância com a EPS, uma vez que promove práticas de comércio justo e solidário e de consumo responsável, ao colocar o ser humano e a natureza como centro. A EAC, por sua vez, transcende a concepção da simples transmissão de conhecimento sobre o meio ambiente e seus impactos, ao reconhecer que somos parte integrante do meio ambiente e desse sistema como seres reflexivos e capazes de transformação. Esses temas buscam desenvolver a conscientização dos seres humanos, para que compreendam sua condição oprimida, sua realidade e sua participação ativa na natureza, assentindo a importância da natureza para a sua existência.

Ratifica-se que o GCR Armazém de EPS realiza diversas ações educativas para promover a divulgação da lógica que o permeia e para denunciar o modo de produção

vigente. Contudo, é necessário salientar que esse grupo ainda enfrentará uma longa jornada e desafios significativos que são essenciais para sua manutenção. Porém, neste estudo, o foco é pedagógico, destacando os processos educativos de forma continuada que são as principais ferramentas para a conscientização dos envolvidos, bem como à transformação do outro e do mundo. Essas ações são, portanto, essenciais para sensibilizar os integrantes a participarem ativamente do grupo.

Destarte, os GCRs, com o Armazém de EPS, apesar dos desafios, buscam uma forma alternativa de viver na produção, comercialização e consumo, em que o CR seja saudável e sustentável em toda a cadeia produtiva, proporcionando aos seres humanos uma busca pela sua humanização. Para tanto, essa prática requer uma economia diferente, baseada na justiça e na solidariedade, como a EPS, que, por sua vez, depende de uma educação que promova a emancipação e transformação em todas as dimensões dos indivíduos, assim como a EAC. Conforme destacado por Carvalho (2008), a EAC desempenha um papel importante nas práticas educacionais ambientais e nas organizações populares e grupos de produtores, tanto rurais quanto urbanos.

Referências

- BRAGA, Maria Angelica Machado *et al.* Grupo de Consumo Responsável - GCR Armazém de Economia Popular Solidária: uma experiência libertadora e transformadora. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DESIGUALDADES, DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS, VII, 2020, São Leopoldo. Anais [...]*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. p. 1225-1238.
- CALABRÓ, Guilherme. **Criando um Grupo de Consumo Responsável**: Um Passo a Passo para Começar e Estabelecer um GCR. Piracicaba: Instituto Terra Mater, 2016.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A Educação Ambiental no Brasil. *In: BRASIL. Ministério da Educação. Educação Ambiental no Brasil. Salto para o Futuro. TV Escola, Ano XVIII, Boletim 01, março de 2008.*
- CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL - CONIC; FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **Economia Solidária**: Outra economia a serviço da vida acontece. Campanha da Fraternidade Ecumênica, 2010.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Cirandas**. CIRANDAS, 2023. Disponível em: <https://cirandas.net/>. Acesso em: 12 dez, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 41. ed Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

INSTITUTO KAIRÓS. **Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo no Brasil: Consumo Como Intervenção - Um Olhar Sobre As Experiências De Consumo Coletivo No Brasil**. São Paulo, 2010.

INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI, Renata de Salles; MASCARENHAS, Thaís Silva. **Organização de Grupos de Consumo Sustentável: Caminhos para práticas de consumo responsável**. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Materialismo Histórico-Dialético e a Pesquisa em Educação Ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 9, n. 1, p. 53-68, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol9.n1.p53-68>.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: BoiTempo, 2010.

MASCARENHAS, Thais Silva; GONÇALVES, Juliana; BENSADON, Lígia Scarpa. A Atuação dos Grupos de Consumo Responsável no Brasil: Expressões de Práticas de Resistência e Intercâmbios em Rede. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO CONSUMO. ESTUDOS DO CONSUMO, VII; ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO E I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO CONSUMO, III. *Anais* [...]. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 1930. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boi Tempo, 2008.

PISTELLI, Renata de Salles Santos. **Relações de Consumo Responsável em Educação: um diálogo com a Economia Popular e Solidária através da trajetória do Instituto Kairós**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PUNTEL, Inácio et al. Núcleo de Consumo Responsável: Apresentando Alternativas ao Consumo. In: PRADO, Daniel Porciúncula; GONÇALVES, Carla Amorim Neves; DOMINGUES, Beatriz Spotorno. (org.). **Extensão Universitária da FURG**: a produção de conhecimentos a partir da prática extensionista. Rio Grande: Editora da FURG, 2020. p. 254-260.

QUINTAS, José Silva. A educação no processo de gestão ambiental. In: BRASIL. Ministério da Educação. Educação Ambiental no Brasil. **Salto para o Futuro**. TV Escola, Ano XVIII, Boletim 01, março de 2008.

RÊGO, Diego Ferreira de Almeida. A natureza da comercialização na economia solidária: a contribuição dos Grupos de Consumo Responsável. 2014. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária**. TECSOL, 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/tecsol>. Acesso em: 12 dez, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico. **A História do NUDESE**. NUDESE FURG, 2023. Disponível em: <https://nudese.furg.br/historia>. Acesso em: 12 dez, 2022.

*Submetido em: 05-06-2023
Publicado em: 17-04-2025*